

MEMÓRIA E HISTÓRIA DE CAMPINAS

Paulo Cociuc¹

“As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória”².

Resumo

O presente texto pretende dar início a uma série de outros, registrando a memória de Campinas, que poderão ser elaborados por qualquer estudioso e apaixonado da História, para futuras publicações na NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA.

Palavras-chave: memória, Campinas, História Regional, história e memória.

Abstract³

This work is meant as the starting-point for others that may follow on the recording of Campinas memory that can be conducted by any researcher or enthusiastic in History to be published later in the Notícia Bibliográfica e História magazine.

Key words: memory, Campinas, Regional History, history and memory.

Introdução

Vem de muito tempo atrás, o hábito dos homens de registrar os acontecimentos do dia-a-dia das comunidades e povos. Efetivamente, desde muito tempo as comunidades e povos desenvolveram o hábito de

¹Professor de História da Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas e da Escola Comunitária de Campinas.

²Ecléa Bosi. *Memória de Sociedade*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, pg. 363.

³Tradução realizada por Verônica Laura Medrano

registrar os acontecimentos do seu dia-a-dia, o que perdura até hoje. Procuraram e procuraram maneiras diversas de preservar e transmitir suas experiências, sua *memória*. Inicialmente essa transmissão era oral, onde os mais velhos procuravam passar para os mais novos o que julgavam certo e bom e os acontecimentos que consideravam relevantes, não cabe aqui discutir a subjetividade desse processo, mas cabe lembrar que a História Oral, hoje, é uma importante fonte de conhecimento histórico e, portanto, deve ser incentivada.

Com o surgimento da escrita cresceu, em muito, a capacidade dos povos de preservar e transmitir sua memória e suas experiências quer positivas, quer negativas. Hoje os veículos de registro e conservação da memória se multiplicam constante e rapidamente. Além das fontes escritas (documentos, livros, revistas, jornais etc.) temos gravações em discos, fitas, fitas de vídeo, DVDs, computadores, além das moderníssimas máquinas fotográficas e outros meios.

Porém, um meio de registro da memória de um povo são os seus *monumentos*, geralmente construídos de material sólido, durável o que denota a idéia de preservação, de perpetuação. O objetivo de um monumento é, em geral, exaltar os fatos heróicos de um povo, suas façanhas heróicas ou seus vultos mais eminentes.

Além destes existem os monumentos que não nasceram como tal. Foram erigidos para fins específicos como escolas, templos religiosos, fortificações, quartéis, estações ferroviárias, museus, edifícios públicos e outros. Com o passar do tempo, por questões culturais, políticas, sociais, econômicas acabaram ganhando o status de monumento, passando a ser preservados, restaurados e tombados.

Marcos da História de Campinas: o Combate de Venda Grande

Campinas é uma cidade pródiga em tais construções. Uma delas é o marco erigido lembrando o *Combate de Venda Grande*, travado em 1842, durante a Revolução Liberal, localizado à Av. Dario Freire Meirelles, próximo a casa n.º. 693, no Campo dos Amarais. É um monumento construído em granito rosa numa base de concreto. Foi erigido onde se deu o combate, conhecido como o antigo Engenho da Lagoa, atualmente o bairro dos Amarais. Foi construído por iniciativa do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas e inaugurado no dia 28 de agosto de 1956, portanto, prestes a comemorar 50 anos de existência no ano em curso.

Pode-se afirmar que a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, consolidou a independência e deu início ao conhecido ao conhecido

Período Regencial (1831 – 1840). Foi um período bastante conturbado e durante o qual se organizaram as diferentes tendências políticas que marcavam a vida do país. Durante a primeira fase das Regências Trinas (1831 – 1835) formaram-se três grupos divergentes: os liberais moderados, também chamados chimangos, os liberais exaltados, também denominados caramurus.

Os liberais Moderados representavam os grandes proprietários de terra e de escravos, alguns grandes comerciantes, enfim, a elite conservadora tendo como figuras de destaque o padre Diogo Antônio Feijó, Bernardo Ferreira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. Objetivavam poucas mudanças. Defendiam a manutenção da ordem social, manter a escravidão, a continuidade da monarquia, sem absolutismo e a força do governo central (unitarismo) tendo sob seu controle as províncias. Os liberais Exaltados representavam as classes médias urbanas, pequenos comerciantes, funcionários públicos e até alguns latifundiários do Nordeste e do Sul. Os Restauradores constituídos de comerciantes ligados ao antigo comércio colonial, de militares de alta patente e altos funcionários públicos. Defendiam a volta imediata de D. Pedro I para o Brasil, com a restauração da monarquia absolutista. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, o grupo se desfez.

Em 1834, os moderados dominavam a Assembléia Nacional, porém, os liberais exaltados ainda possuíam força política para pressionar e exigir mudanças. Os moderados, buscando manter-se no poder, fizeram algumas concessões, promulgando o *Ato Adicional de 1834* que reformou a Constituição de 1824. Entre outras mudanças, estabeleceu: Regência Una, que seria eleita a cada 4 anos, a abolição do Conselho de Estado e a criação das Assembléias Provinciais, dando maior autonomia às províncias.

Na segunda fase das regências (Regências Unas), com o fim dos restauradores e o enfraquecimento dos liberais exaltados, a cena política do Brasil passou a ser dominada pelos liberais moderados que acabaram dividindo-se em Regressistas e Progressistas.

No final do período regencial, os regressistas vieram a constituir o Partido Conservador e os progressistas, o Partido Liberal. Esses dois partidos dominaram a vida política brasileira do Segundo Reinado. Não tinham grandes divergências ideológicas e era constante a passagem de políticos de um partido para outro. Ambos representavam os interesses da classe dominante, os grandes proprietários de terra e de escravos. Nas questões fundamentais que poderiam alterar a estrutura socioeconômica

do país, não divergiam. Eram monarquistas, se opunham à idéia de república e procuravam manter a maioria da população afastada das decisões políticas. Discordavam, apenas, em relação aos meios de atingir os objetivos que interessavam às classe dominantes. Por questões pessoais e ambição pelo poder, lutavam com toda força, buscando a vitória nas eleições para a Assembléia. Por isso tornou-se comum a expressão “farinha do mesmo saco” para identificar os políticos de ambos os partidos.

Os regressistas chamavam o Ato Adicional de “ato de anarquia” e pretendiam a sua anulação, regressando ao que consideravam a “boa ordem”, isto é, um poder centralizado e forte. Conseguiram a aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional (12/5/1840) que diminuía a autonomia das províncias e fortalecia o governo central. Este fato ficou conhecido como o Regresso Conservador.

Opondo-se, os progressistas passaram a defender a idéia de antecipação da maioridade do Príncipe, D. Pedro de Alcântara e organizaram o Clube da Maioridade. A campanha maiorista, rapidamente, ganhou força com o apoio da chamada “elite política do país” que acreditava na idéia de um imperador com fortes poderes, ser o caminho para acabar com as revoltas provinciais e restabelecer a ordem social que interessava aos grandes proprietários de terra e de escravos.

Assim, no dia 23 de julho de 1840, a Assembléia Nacional votou e aprovou a maioridade do príncipe que foi chamado imperador, com o título de D. Pedro II.

Apesar de não apresentar diferenças ideológicas, liberais e conservadores representavam facções diferentes da classe dominante e, portanto, lutavam pelo poder com todas as forças, legais ou ilegais. Em 1840, logo após assumir o poder, D. Pedro II escolheu o seu primeiro ministério constituído de políticos do Partido liberal que haviam apoiado o Golpe da Maioridade. Sendo a Câmara constituída, na sua maioria, de deputados do Partido Conservador, foi dissolvida. As eleições para a nova assembléia realizaram-se no dia 13 de outubro de 1840 e foram controladas pelos liberais, que contrataram bandos de capangas fortemente armados, que se identificavam por um lenço amarelo amarrado ao redor do pescoço - daí a alcunha de - “papos amarelos” - que, com a conivência da polícia e, até por ela dirigidos.

Ameaças de morte, espancamentos e até assassinatos ocorreram por todo o país. Os adversários políticos (conservadores) eram intimidados e os eleitores eram forçados a votar no candidato “certo” (liberal). Urnas

desapareciam, o conteúdo de inúmeras era substituído, a contagem dos votos era alterada e, até, as atas eleitorais eram adulteradas. Ficaram por isso conhecidas como as “eleições do cacete”. Violência e fraude foram as marcas dessas eleições e de todas que ocorreram no Império, prolongando-se pela República Velha (1889 – 1930) e, quiçá, até hoje.

Alegando fraudes e violência nas eleições de 1840, os conservadores pressionaram o Imperador que, em 23 de março de 1841, dissolveu o gabinete liberal e nomeou outro, conservador. O novo gabinete apressou-se em aprovar as leis de restauração do Conselho de Estado, aprovada em 23 de novembro de 1841 e a de reforma do Código de Processo, aprovada em 23 de dezembro de 1841. Essas leis repercutiram desfavoravelmente entre os políticos liberais e as aristocracias provinciais, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Porém, foi a dissolução da Câmara dos Deputados, no dia 1º de maio de 1843 (antes mesmo de iniciar os seus trabalhos) que marcou o ápice do descontentamento dos liberais.

Em 1842, com a dissolução da Câmara dos Deputados, eclodiram, em Sorocaba (província de São Paulo) e em Barbacena (província de Minas Gerais) as Revoltas Liberais. Em São Paulo, a revolta explodiu no dia da dissolução da Câmara. Iniciada em Sorocaba, sob o comando do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e com o apoio do padre Diogo Antônio Feijó que organizaram os seus correligionários para a luta contra o governo conservador, a revolta logo se expandiu para cidades próximas como Itapetininga, Itu, Capivari, Porto Feliz, Campinas que logo se tornou um dos principais focos de resistência e atingiu o Vale do Paraíba: Taubaté, Areias e Silveiras onde ocorreu uma das batalhas mais sangrentas, tendo morrido 8 soldados governistas e 40 rebeldes.

Em 17 de Maio de 1842, Tobias de Aguiar foi aclamado, em Sorocaba, presidente interino da província de S. Paulo e Sorocaba declarada capital (15 de maio de 1842). Formou-se um exército rebelde de aproximadamente 1.500 homens, dispostos a derrubar do Partido Conservador.

Combate de “Venda Grande”

Ocorreu em Campinas, no dia 7 de julho de 1842. As forças liberais se reuniram no então “Engenho da Lagoa”, depois conhecido como “Venda Grande” devido a sua extensão e a existência, no local, por algum tempo, de uma venda para o comércio de mantimentos, à beira da então, estrada de Limeira, bem próximo onde hoje passa a Rodovia D.

Pedro I. Aliás, a atual gestão municipal colocou na rodovia, uma placa que lembra o embate e o marco histórico ali construído (monumento).

O combate foi um dos episódios importantes da “Revolução” Liberal de 1842 (melhor seria o uso do termo revolta). Dentre os combatentes rebeldes destacou-se o capitão Boaventura do Amaral Camargo que acabou morrendo no conflito com as tropas governamentais. O Governo imperial encarregou Luis Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) para o comando das tropas governamentais a fim de debelar as rebeliões.

Em Campinas, os rebeldes foram rápida e facilmente derrotados, pois o armamento era pouco, o preparo para a luta precário e as condições de resistência ao ataque das tropas de Caxias eram muito frágeis. Poucos morreram. Entre eles deve-se lembrar o capitão Boaventura Soares do Amaral que foi assassinado, a sangue frio, por soldados da tropa imperial.

Debelada a revolta, Caxias, conhecido como o “Pacificador” mostrou-se benévolo com os rebeldes, preferindo não aniquilá-los. Os prisioneiros seguiram para Santos onde tomaram navios para o julgamento na Corte. Mais Tarde, em março de 1843, o imperador decretou a anistia de todos os envolvidos no conflito. De certa forma podemos afirmar que não houve nem vencidos, nem vencedores, apenas uma vitória momentânea de uma das forças políticas litigantes, os conservadores.

Conclusões

Conhecido por alguns, desconhecido pela maioria da população campineira, inclusive a existência do monumento construído no local, o episódio tem sido negligenciado.

Os contemporâneos daqueles que tombaram em combate não os esqueceram. Num gesto de respeito e piedade deram-lhes sepultura. Todos os soldados que morreram em combate foram sepultados próximo à casa grande do engenho. Mais Tarde, em 1882, os seus restos mortais foram exumados para os ofícios fúnebres, numa igreja da cidade e, em seguida conduzi-los para o cemitério público.

Durante um longo tempo falou-se do movimento armado de campineiros (natos ou adotivos) que ocorreu em “Venda Grande”. Hoje, poucas pessoas conhecem o monumento e porque está ali localizado.

Daniel Portella Smaal⁴, graduado em História e voluntário no Museu da cidade, escreveu:

“Cabe notar que para os poucos que dão algum valor ao episódio (até mesmo nos dias de hoje) tomam-no como um fator importante para a construção do espírito companheiro, do caráter paulista, sendo portanto, a cidade de Campinas tomada como um local que desde o século passado mostra sua ferrenha disposição para a liberdade”.

O cronista Amador Bueno Machado Florence (filho de Hércules Florence), “o verdadeiro historiador de Venda Grande”, segundo a cronista do Correio Popular, Celia Siqueira Frajallat, publicou na Gazeta de Campinas⁵ uma série de crônicas, catorze ao todo, entre os dias 7 de junho e 16 de julho de 1882, relatando minuciosamente os episódios do combate de 1842, em Campinas e ressaltando o heroísmo dos participantes.

Embora não tenha sido um dos fatos mais relevantes da nossa história, o Combate de “Venda Grande” não pode e não deve ser esquecido, pois é um episódio que faz parte da memória de Campinas e, até mesmo, do país. E a memória de uma comunidade, de um povo deve ser sempre lembrada e preservada.

Um povo que não, preserva seus monumentos, não preserva a sua memória e um povo sem memória é um povo sem história. Não é um povo, mas apenas um amontoado de indivíduos vivendo num mesmo país. Poderá ser um povo juridicamente, mas não o é culturalmente.

É verdade que objetos inanimados (monumentos, objetos, construções, pedras, paredes etc.) não falam. Porém cada um tem dentro de si a história viva de uma época, de um local, de um povo. São fragmentos da memória e cabe aos historiadores, estudiosos e amadores da história ler e interpretar, preservar e registrar a fala presente nos objetos inanimados.

Em Campinas e no Brasil onde os monumentos são pouco conhecidos e muitos agonizam devido ao descaso do poder político e aos atos de vandalismo de indivíduos inconseqüentes, faz-se urgente uma tomada de consciência do valor e da importância de preservação de nossos monumentos, de nossa memória.

⁴Daniel Portella Smaal. Combate de Venda Grande: Algumas Considerações. In: *Revista Eletrônica*, Museu da Cidade, Campinas, Número Especial de Inauguração, s/d.

⁵Esta edição e outras da Gazeta de Campinas fazem parte do acervo do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas (CCLA).

